

ESTUDOS E ANÁLISES DE CONJUNTURA

Nº 5, SETEMBRO DE 2011

UM ESTADO PALESTINO NA ONU E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA OS ESTADOS UNIDOS

ANA PAULA MAIELO SILVA



OPEU

OBSERVATÓRIO POLÍTICO
DOS ESTADOS UNIDOS



INCT
INEU

INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES

ESTUDOS E ANÁLISES DE CONJUNTURA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

Nº 5, SETEMBRO DE 2011

UM ESTADO PALESTINO NA ONU E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ESTADOS UNIDOS

ANA PAULA MAIELO SILVA

DOUTORANDA EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), MESTRE E BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS. É PESQUISADORA DO GRUPO DE ESTUDOS ORIENTE MÉDIO E MAGREB. TEM EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ATUANDO PRINCIPALMENTE NOS SEGUINTE TEMAS: CONFLITO PALESTINO-ISRAELENSE, POLÍTICA PALESTINA, SEGURANÇA INTERNACIONAL, TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNAICONAIS, POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ORIENTE MÉDIO.

UM ESTADO PALESTINO NA ONU E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS ESTADOS UNIDOS

Ana Paula Maielo Silva

“It’s hard to understand how negotiations can help get the parties out of their fix when (failed) negotiations are what led them there in the first place.”¹

O pedido de reconhecimento do Estado palestino na Organização das Nações Unidas (ONU) - que deverá ser apresentado pela Autoridade Palestina no dia 23 de setembro - introduz na política externa dos Estados Unidos, sobretudo no Oriente Médio, um novo elemento. A iniciativa palestina, contra a qual os Estados Unidos vêm trabalhando diplomaticamente nos últimos meses, deixa o país diante de uma difícil escolha: vetar o pedido, posicionando-se contra a maioria da comunidade internacional, ou apoiá-lo, indispondo-se com Israel, um de seus maiores aliados. Em maio deste ano, o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, anunciou intenção de requerer às Nações Unidas o reconhecimento do Estado da Palestina e, por extensão, a sua aceitação como membro pleno da organização. Em linhas gerais, um grupo de autoridades palestinas², lideradas por Saeb Erekat³, elaborou um plano para solicitar a substituição da OLP – Organização para a Libertação da Palestina – na ONU pelo Estado da Palestina. A proposta foi elaborada com vistas a ser submetida ao Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, durante a 66ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque.

A comunidade palestina nunca gozou de soberania plena. Por décadas, ela tem sido sujeita ao governo de autoridades políticas externas, quais sejam: o Império Otomano (até cerca de 1918), o mandato britânico (até 1948), Israel (que se constituiu em 1948, e ocupou a Faixa de Gaza e a Cisjordânia em 1967, controlando, desde então direta e indiretamente a comunidade palestina), o Egito (governou, conquanto sem anexar, a Faixa de Gaza entre 1948 a 1967), a Jordânia (que anexou a Cisjordânia em 1948 e impôs seu governo até a Guerra dos Seis Dias em 1967).

Diferentemente de seus vizinhos árabes, que conquistaram a independência, os palestinos foram submetidos a inúmeras propostas e planos que nunca culminaram na formação de um Estado.

O Processo de Oslo, iniciado em 1993, bem como as subseqüentes iniciativas de negociações de paz (incluindo as últimas negociações bilaterais lançadas e rapidamente interrompidas há aproximadamente dezoito

¹ **Curb your Enthusiasm: Israel and Palestine after the UN.** Middle East Report – 12 September 2011 – International Crisis Group.

² Note-se que autoridades palestinas (com iniciais minúsculas) referem-se às lideranças e figuras políticas que estão envolvidas neste processo, o que difere, naturalmente, da Autoridade Palestina (com iniciais maiúsculas) como a entidade governativa palestina, criada na esteira dos acordos de Oslo, em 1994, como um governo interino responsável pela administração dos territórios que deveriam ser transferidos por Israel aos palestinos.

³ Saeb Erekat é o negociador-chefe palestino, que liderou uma série de rodadas de negociações de paz com Israel ao longo de cerca de duas décadas, incluindo a última rodada de negociações lançada em Washington, em setembro de 2010, as quais foram rapidamente interrompidas devido ao impasse relacionado à construção ininterrupta de assentamentos judaicos em territórios palestinos. Fonte: PASSIA – *Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs*.

meses), não foram capazes de colocar um fim na ocupação israelense dos territórios palestinos. Ainda, em grande medida, essas negociações garantiram que a ocupação se transformasse em anexação de facto de territórios de um futuro estado palestino. Após quase vinte anos de negociações fracassadas entre palestinos e israelenses, há pouco espaço para imaginar que uma solução para a questão palestina esteja próxima. Na última década, transformações importantes puderam ser observadas no quando regional: brusca mudança na balança de poder doméstica palestina, que acabou causando uma divisão política entre os palestinos; eleição do partido de direita em Israel com tendências mais extremistas com relação à questão palestina; nítida indisposição das lideranças palestinas e israelenses em engajarem em negociações; perda sucessiva de credibilidade norte-americana entre os árabes; e, mais recentemente, uma série de revoltas nos países árabes que geraram instabilidade na região. Tais desenvolvimentos dificilmente poderiam criar um contexto favorável a negociações.

Ao menos duas questões devem guiar uma reflexão a esse respeito. Primeiramente, é importante retomar o contexto em que tal iniciativa foi elaborada e, para tanto, deve-se perguntar pelas motivações que a orientaram. Ao mesmo tempo, faz-se necessário levantar e analisar os possíveis riscos e/ou benefícios que tal estratégia pode trazer aos palestinos e, em particular, para os Estados Unidos.

I. AS ORIGENS E A LÓGICA DA INICIATIVA PALESTINA

A ideia palestina de voltar-se para a arena internacional a fim de buscar apoio para seu reclamo de independência não constitui algo novo. A originalidade da recente estratégia política delineada pelas autoridades palestinas reside no fato de ela ser apresentada como alternativa aos quase vinte anos de negociações bilaterais fracassadas, e a despeito de forte pressão israelense e norte-americana no sentido oposto a esta iniciativa.

A busca por um novo curso de ações e a firme decisão das lideranças palestinas de não retomarem as negociações com Israel estão enraizadas principalmente em dois conjuntos de dinâmicas. Primeiramente, as tensões acumuladas nas relações entre palestinos e Israel, e a experiência histórica dos palestinos com o papel desempenhado pelos Estados Unidos enquanto mediador do conflito. Em segundo lugar, importantes dinâmicas que são produzidas na arena política doméstica palestina a partir da balança de poder entre, particularmente, duas de suas facções políticas: o *Hamas* e o *Fatah*⁴.

⁴ É importante observar que se reconhece aqui que as questões de âmbito doméstico e externo estão interrelacionadas e se influenciam mutuamente. A separação que se faz entre as dinâmicas nos dois âmbitos não pretende desconsiderar esse aspecto, apenas almeja facilitar o entendimento das motivações centrais para a recente estratégia formulada pelas lideranças palestinas.

Palestinos, Israel e Estados Unidos: a longa trajetória de fracassos nas negociações

O Processo de Oslo, que teve início em 1993, foi recebido por praticamente todo o mundo (com exceção apenas de alguns setores das comunidades palestina e israelense) como uma ruptura nas posições inflexíveis de ambas as partes do conflito palestino-israelense e, por conseguinte, como um grande avanço em direção a uma solução pacífica para o mesmo. Com efeito, novas realidades emergiram como resultado dos acordos que fizeram parte da estrutura do processo de paz: o reconhecimento mútuo entre OLP e Israel, o retorno para os territórios ocupados de várias lideranças palestinas que se encontravam no exílio, a constituição da Autoridade Palestina como um governo interino, eleições para a presidência da Autoridade Palestina e para um Conselho Legislativo, dentre outras.

Entretanto, o comprometimento que havia sido feito por ambas as partes, em negociar uma solução baseada na concepção de “Terra por Paz” (“Land for Peace”)⁵, não se concretizou. Os problemas centrais que faziam perpetuar o conflito aprofundaram-se e passaram a minar a confiança adquirida entre as partes no início de Oslo. A construção de assentamentos israelenses nos territórios palestinos acentuou-se, tendo sido acompanhada por uma série de aparatos e práticas de controle⁶. A situação social e econômica da população palestina também se deteriorou como reflexo dos obstáculos criados por Oslo⁷.

Para muitos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e na diáspora⁸, cristalizou-se a ideia de que as negociações que iniciaram em Oslo deram a Israel os meios para consolidar seu controle sobre os territórios palestinos. Ao mesmo tempo, tendo sido os Estados Unidos o mediador das negociações entre as partes em conflito e tendo este desempenhado um papel central que influenciou substancialmente o curso dos acontecimentos na região, grande parte da opinião pública palestina depositou neste ator boa parcela da responsabilidade pelo fracasso das negociações.

Este foi o contexto que Barack Obama herdou e com o qual tem que lidar. De um ponto de vista mais amplo, essa é parte das raízes mais profundas que ajudaram a construir um cenário propício para que uma decisão alternativa às negociações fosse tomada por Mahmoud Abbas e outras lideranças palestinas. Neste sentido, os subsequentes fracassos de Obama na mediação do conflito, bem como a ingerência do governo israelense de Benjamin Netanyahu com relação a algumas questões, seriam apenas o estopim para que duas décadas de desapontamentos acumulados viessem à tona.

⁵ “Land for Peace” foi uma ideia abstraída no âmbito da Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não obstante as críticas e contestações que tal interpretação gerou, ela acabou se tornando a base para as negociações entre palestinos e israelenses na esteira do Processo de Oslo, e nas subsequentes iniciativas para retomar as negociações entre as partes. Fonte: U.N. Security Council Resolution 242, November 22, 1967. Disponível em:

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/UN+Security+Council+Resolution+242.htm>

⁶ Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental foram os territórios palestinos ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967. Há uma extensa gama de literatura que lida com as questões relacionadas à ocupação israelense dos territórios palestinos. Ver, por exemplo: KATHLEEN and CHRISTISON, Bill, 2009; GIACAMAN, G. and LONNING, D. J. (eds). 1998; GORDON, Neve. 2008; ROY, Sara. 2006; HALPER, Jeff. 2005.

⁷ Sobre esse assunto ver: FARSAKH, Leila, 2006; KHAN, M. H.; GIACAMAN, G.; AMUNDSEN, I. (eds), 2004.

⁸ Refere-se aos territórios fora da Palestina histórica – que atualmente compreende o Estado de Israel e os Territórios Palestinos, Faixa de Gaza e Cisjordânia – para onde se refugiaram milhares de palestinos.

Conquanto o ano em que Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos tenha iniciado sob a sombra de eventos pouco auspiciosos para os palestinos⁹, sua eleição foi recebida com esperanças pelos mesmos. Ao contrário do que ocorrera durante a administração Bush, a inauguração do governo de Barack Obama trouxe expectativas por parte daqueles palestinos que permaneceram otimistas de que uma mudança efetiva poderia ocorrer na forma de endereçar a questão palestina e de estruturar as negociações com Israel. Essas expectativas emergiram a partir de declarações feitas pelo próprio presidente norte-americano, que, desde sua campanha presidencial, colocava a questão da paz no Oriente Médio como uma das prioridades da política externa de seu governo. Note-se que a série de promessas feitas por Obama era parte de uma agenda mais ampla que almejava promover alterações na política externa norte-americana em geral.

A administração de Bush foi guiada por uma perspectiva ideológica rígida e por uma forte propensão em utilizar meios militares a expensas da diplomacia. Durante a gestão de Bush, o engajamento norte-americano nas questões do Oriente Médio e, particularmente, no conflito palestino-israelense foi classificado como “engajamento seletivo”. Após os atentados de 11 de Setembro em 2001, houve de fato uma reorientação na agenda de política externa norte-americana, culminando, por exemplo, nas invasões do Afeganistão e do Iraque. Contudo, mais uma vez, não se observou uma atuação mais incisiva em relação ao conflito entre israelenses e palestinos. Nesse sentido, o primeiro objetivo de Obama seria reverter essa política e, no que se refere ao Oriente Médio, engajar-se, desde o início de seu governo, em esforços para solucionar o conflito árabe-israelense¹⁰.

A abordagem do presidente Barack Obama era a de que os problemas mais importantes do Oriente Médio estavam correlacionados e, por conseguinte, deveriam ser tratados de forma holística. Em que pese o caráter relativamente inovador desta abordagem¹¹, se comparada a de outros presidentes, nunca ficaram claros quais seriam estas correlações e de que forma os Estados Unidos iriam articulá-las. Ademais, a ausência de registros de ações efetivas com resultados concretos colocava em dúvida a capacidade da retórica apresentada por Obama em se consolidar na prática.

Uma das primeiras iniciativas de Obama foi designar como enviado especial para o conflito o ex-senador George Mitchell, que esteve envolvido nas negociações de paz em Camp David em 2000. Desde então, Obama inaugurou sua estratégia de “*peacemaking*”¹² para o conflito palestino-israelense, cujo cerne era tentar reviver as negociações diretas entre as partes em conflito. Para tanto, além de Mitchell, outras importantes figu-

⁹ Por um lado, fracassaram as negociações entre palestinos e israelenses em Annapolis, que haviam sido mediadas pela administração Bush no final de seu mandato, acentuando o sentimento de frustração da população palestina com sua liderança. A operação *Cast Lead* (como ficou conhecida a Guerra em Gaza que teve início dezembro de 2008), interrompeu definitivamente o diálogo entre as duas partes em conflito e abalou ainda mais a credibilidade de Abbas e de seu partido Fatah no âmbito doméstico. Recorde-se que o líder fora acusado de não ter tomado iniciativas contra os ataques israelenses à Gaza e, por extensão, a população o viu como incapaz de produzir um acordo de paz com Israel. Outro fator significativo foi a eleição do partido de direita israelense Likud, cujo líder, Netanyahu, chegou a declarar inicialmente sua oposição à fórmula de resolução do conflito baseada em dois estados (“*two-state solution*”).

¹⁰ Lembre-se que durante sua campanha presidencial Obama criticou a administração do presidente Bush por ter negligenciado as questões relacionadas ao conflito e ter deixado para lançar esforços nesse sentido apenas no final de seu segundo mandato.

¹¹ Há que se reconhecer a disposição de Obama em abrir um canal de comunicação direto com os muçulmanos e árabes.

¹² FELDMAN, Shai and SHIKAKI, Khall (2009).

ras do governo de Obama, como a secretária de Estado Hillary Clinton e o vice-presidente Joe Biden, passaram a fazer visitas a Israel e aos territórios palestinos com vistas a melhorar o ambiente para negociações e tentar reaproximar as partes.

Vale a pena lembrar que desde o início de seu mandato, Obama deixou clara a sua posição com relação, por exemplo, ao apoio à criação de um estado palestino dando, inclusive, garantias pessoais ao presidente da Autoridade Palestina, a fim de incentivá-lo a iniciar o diálogo com Israel. Ademais, Obama declarou publicamente sua oposição aos assentamentos israelenses, ressaltando a necessidade de interromper toda e qualquer construção de assentamentos nos territórios ocupados, incluindo Jerusalém Oriental. As palavras de Hillary Clinton ilustram essa asserção:

“The president was very clear when Prime Minister Netanyahu was here during his visit to the White House on May 18. (...) He wants to see a stop to settlements. Not some settlements, not outposts, not natural growth exceptions. (...) That is our position. That is what we have communicated very clearly”¹³

O fato notório, em se tratando de um líder norte-americano (do qual é esperado apoio incondicional a Israel), gerou polêmica e alguns desencontros entre Israel e a administração Obama.

Não obstante a importância das questões levantadas no discurso proferido por Obama no Cairo, em junho de 2009 - e que acabou tornando-se emblemático para a população árabe que o assistia com uma série de expectativas - um pouco mais tarde, ficou patente que não havia nenhum plano consistente para a realização de suas promessas. Prova disso foi o rápido colapso das últimas rodadas de negociações de paz entre israelenses e palestinos que iniciaram em 2010.

Primeiramente, Obama iniciou um processo de negociações indiretas entre palestinos e israelenses em maio de 2010, que classificou como “*proximity talks*”, acreditando poder criar um ambiente mais favorável para negociações diretas. Poucos meses mais tarde, diante da ausência de progressos, o presidente norte-americano decidiu partir para negociações diretas. Em linhas gerais, as demandas de Abbas para retomar as negociações eram a paralisação da construção de assentamentos judaicos em territórios palestinos, o endosso por Netanyahu dos parâmetros de uma solução baseada em dois Estados e, por fim, o reinício das negociações a partir do ponto em que elas haviam sido interrompidas com Ehud Olmert, o antigo primeiro-ministro israelense, durante as negociações em Anápolis.

Não surpreendeu, entretanto, que em poucas semanas as negociações tenham sido paralisadas como resultado do impasse a respeito da contínua construção de assentamentos israelenses em territórios palestinos. Vale recordar que a retomada das negociações, já no princípio, foi recebida pelas lideranças palestinas e pela população com claros sinais de pessimismo com relação à capacidade de Obama em mediar um acordo de paz.

Destarte, os esforços da gestão de Obama para reviver um “novo” processo de paz não se traduziram em uma pressão direta sobre Israel,

¹³ Declarações de Hillary Clinton no Egito à jornalistas após reunião com o então Ministro das Relações Exteriores egípcio. Fonte: *New York Times: Israeli Settlement Growth Must Stop, Clinton Says, May 27, 2009*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/05/28/world/middleeast/28mideast.html>

com ações concretas a fim de fazer o país cumprir as condições mínimas demandadas pela Autoridade Palestina para o retorno ao diálogo. Ao contrário, o que se viu foi pressão norte-americana para que os palestinos se engajassem no diálogo, independentemente das decisões de Israel sobre a paralisação da construção de assentamentos nos territórios ocupados, especialmente em Jerusalém Oriental. O movimento era de, alguma forma, contrário às declarações de Obama no início de seu mandato.

O fato é que Obama encontra, por um lado, um ambiente político doméstico hostil a qualquer manobra mais incisiva contra Israel, onde é compelido pelo Congresso e constrangido por questões que poderiam afetar irreversivelmente sua possível reeleição. Por outro lado, Obama lida com um governo israelense de direita, cuja intransigência compromete os esforços lançados para encontrar um terreno comum para as negociações. Com efeito, a ascensão do *Likud* ao governo israelense, em 2009, reforçou a percepção palestina sobre a impossibilidade de retificar o forte desequilíbrio de poder inerente às negociações com Israel. Diferentemente de seu primeiro mandato (1996-99), em que governou oficialmente dentro dos parâmetros do Processo de Oslo¹⁴, em seu atual governo, Benjamin Netanyahu opôs-se à fórmula ou à estrutura de solução do conflito baseada na existência de dois estados (“two-state solution”). Seu argumento tem sido o de que a segurança de Israel só estaria assegurada mediante requerimentos que excluam o direito do hipotético *Estado da Palestina* de possuir atributos essenciais a tal entidade política, tais como o direito de ter um exército, e de controlar fronteiras e espaço aéreo.

Apenas em meados de 2009, o primeiro-ministro israelense aceitou a abordagem da solução do conflito a partir de dois Estados soberanos como base para subseqüentes negociações de paz com os palestinos. No entanto, esta atitude do líder israelense não foi vista pelos palestinos como um progresso, uma vez que Netanyahu permanecia intransigente com relação a manter controle sobre outros atributos que deveriam ser transferidos a um futuro Estado palestino.

Some-se a isso o fato de que Netanyahu adicionou à sua lista de demandas fundamentais o reconhecimento palestino do estado de Israel como um Estado judeu. Tal reconhecimento eliminaria automaticamente o direito de retorno dos palestinos refugiados, bem como relegaria os cidadãos de origem palestina que vivem em território israelense a uma classe de cidadãos distinta daquela em que repousariam os judeus, o que traria sérias implicações com relação aos seus direitos e deveres. Como argumentam Feldman e Shikaki (2009), a atual postura do governo de Israel deve ser entendida com base nos predicamentos associados à natureza da coalizão de Netanyahu. Os autores afirmam que o *Likud* tendeu a caminhar para uma posição mais extremista a partir do final de 2005, quando Ariel Sharon, o então primeiro-ministro resolveu deixar o *Likud* e constituiu o partido *Kadima*, levando consigo os membros mais moderados do *Likud*. Consequentemente, o *Likud* assemelha-se neste mandato ao partido ultradireitista *Yisrael Beiteinu*, liderado por Avigdor Liberman, o atual ministro das Relações Exteriores de Israel.

Este é o pano de fundo, portanto, que levou as lideranças palestinas a demonstrarem uma profunda desconfiança com relação às intenções israelenses em negociar uma solução justa para o conflito e, paralelamente, levou-os a perceber a exaustão e a falência do paradigma de negociações enquanto um instrumento eficiente para a libertação dos territórios palestinos da ocupação israelense.

¹⁴ Os acordos conhecidos como “Hebron Accord” (Janeiro de 1997) e “Wye River Memorandum” (Outubro de 1998) foram assinados por Arafat e por Netanyahu.

Imperativos da política doméstica palestina

Sabe-se que os sentimentos de desilusão e de frustração populares com as negociações bilaterais não são algo recente. Por que, então, apenas agora a liderança palestina resolveu tentar encontrar um curso alternativo de ação, agindo sem temores aparentes em confrontar diretamente os Estados Unidos?

Certamente, o custo político de cada negociação mal sucedida traduziu-se em perda sucessiva de credibilidade e legitimidade para o *Fatah* (a principal facção da OLP) e para a OLP no cenário doméstico palestino¹⁵. A ascensão do *Hamas*¹⁶ nas eleições parlamentares em 2006, como será visto, é um aspecto importante dessa dinâmica, dado que a facção, tradicionalmente contrária às negociações de paz, tem seus argumentos reforçados a partir da ineficácia das negociações, deixando a liderança palestina da Cisjordânia numa posição vulnerável. Nesse sentido, além da mensagem enviada a Washington e a Israel, por trás da iniciativa de Abbas, há ainda forte intenção de enviar uma mensagem à própria população palestina.

Historicamente, dois fatores ajudaram a moldar o programa político da OLP e forneceram boa parte das diretrizes para suas tomadas de decisão ao longo de toda sua trajetória. Primeiramente a ambição da organização em permanecer na liderança do movimento nacionalista palestino e, em segundo lugar, a tentativa de impedir que algum outro tipo de liderança desafiasse seu caráter representativo. Lembre-se que o *Fatah*, partido de Abbas, sempre foi a facção dominante da OLP e que, portanto, imprimia o tom de suas ações.

Destarte, a competição entre as elites políticas dos territórios palestinos ocupados e a OLP (que operava no exílio e que apenas com o Processo de Oslo pode retornar aos territórios) tornou-se um traço seminal da construção da política palestina¹⁷. Por esse motivo, é importante refletir sobre a origem e a natureza das relações que se estabelecem entre, principalmente, o *Fatah* - que na prática dava as diretrizes da OLP - e o *Hamas*.

A OLP iniciou a sua ascensão na diáspora enquanto organização autônoma e representante dos palestinos na esteira da Guerra dos Seis Di-

¹⁵ O *Fatah* foi estabelecido clandestinamente no Kuwait, em 1958, por diferentes ativistas palestinos, incluindo Yasser Arafat e Khalil al-Wazir. A OLP – Organização para a Libertação da Palestina – nasceu em Maio de 1964. No entanto, a organização tornou-se proeminente apenas após a Guerra dos Seis Dias, que ocorreu em 1967. Isto porque em função dos resultados da guerra, os grupos de resistência palestinos, incluindo o *Fatah*, puderam assumir o controle da OLP e ganhar independência dos regimes árabes. As organizações principais que constituíram a OLP, antes da mesma retornar do exílio em 1993, eram o *Fatah*, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP). Em que pese as diferenças políticas e ideológicas entre essas facções, todas consideram a OLP como seu representante. Fonte: TAMARI, 1991; SAYIGH, 1997.

¹⁶ O *Hamas* (acrônimo para Movimento de Resistência Islâmica, em árabe, naturalmente) é uma organização islâmica palestina que emergiu da primeira Intifada, que teve início em 1987, nos territórios palestinos ocupados. O *Hamas* não faz parte da OLP e, tradicionalmente, tentou desafiar o papel desta organização enquanto único representante legítimo do povo palestino.

¹⁷ Nos anos 90, a base principal de operações da OLP era a Jordânia. No início da década de 70, devido aos conflitos entre a OLP e o regime da Jordânia, a liderança da OLP transferiu-se para o Líbano. Após a invasão israelense do Líbano, em 1982, a liderança da OLP foi expulsa daquele país e dirigiu-se para a Tunísia. Somente após 1993, como resultado do Processo de Oslo, as lideranças da OLP retornaram aos territórios palestinos e foram oficialmente reconhecidos por Israel como a organização representante palestina.

as¹⁸. Inicialmente, a OLP era caracterizada por sua mobilização popular em direção à luta armada contra Israel e por seus objetivos políticos intransigentes. Seu foco era a demanda pela completa reversão dos resultados da guerra de 1948, que culminou com a criação de Israel, e pela libertação de todo o território palestino perdido. Entretanto, após os sucessivos fracassos na realização de seus objetivos, a OLP operou várias mudanças em seus objetivos e estratégias políticas. A ideia de se estabelecer um estado palestino em toda a Palestina teve que se modificar e se adaptar à proposta de dois Estados constituídos de acordo com as fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias.

Operando do exílio, a OLP enfrentou desavenças e conflitos com alguns governos e comunidades árabes, para onde se dirigiu ao longo dos anos. Após décadas de derrotas do movimento nacionalista palestino e ao ver que as possibilidades para a libertação da Palestina estavam cada vez mais distantes, a comunidade palestina dava sinais claros de que havia sido acometida por sentimentos de descrença e frustração, colocando em dúvida a capacidade da OLP de solucionar a questão palestina.

Foi neste contexto, mais precisamente durante a década de 80, que o discurso nacional, anteriormente liderado pela OLP, começou a inclinar-se para uma orientação alternativa. Essa orientação foi iniciada por grupos islâmicos, inicialmente marginalizados na cena política palestina. Ao apresentar uma estratégia alternativa para endereçar as necessidades do povo palestino, estes grupos foram capazes de emergir como uma importante força política e um desafio para os grupos e facções políticas tradicionais, particularmente o *Fatah*, que dominavam a esfera política palestina.

Os grupos de orientação islâmica obtinham sua ideologia, terminologia e valores políticos de uma linha mais radical do Islã, a partir dos quais redefiniam os objetivos nacionais palestinos e as estratégias para atingi-los. O *Hamas*, a facção islâmica palestina mais proeminente, foi um produto da primeira *Intifada* que eclodiu em 1987. Desde então, o Hamas passou a representar um desafio à reivindicação da OLP de ser o único representante legítimo do povo palestino.

A *Intifada* trouxe uma grande oportunidade para que o *Hamas* ganhasse relevo nos desenvolvimentos políticos dos territórios ocupados. Com efeito, o *Hamas* foi o grupo que mais se beneficiou da *Intifada*¹⁹, já que ela criou um ambiente propício para que o movimento operacionalizasse as já existentes estruturas de mobilização – mesquitas, universidades, amplas redes de serviço social e médico, dentre outras²⁰. Embora no início da insurreição, tenha se absterido de desafiar diretamente a OLP e as lideranças nacionalistas, o *Hamas* tentou concretizar e ampliar a influência de seu enquadramento religioso da questão palestina²¹.

¹⁸ A Guerra dos Seis Dias, também chamada de a Guerra de 1967, foi a ocasião em que Israel ocupou os territórios palestinos (a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém), o Sinai e as Colinas de Golã.

¹⁹ ROBINSON, 2004.

²⁰ JAMAL, 2005.

²¹ Em sua carta de constituição, ao invés de negar o nacionalismo, o *Hamas* o enquadrou dentro da religião, jurando legitimidade tão somente a Deus. Como argumenta Hroub (2006), o *Hamas* é uma mistura de um grupo religioso islâmico e um movimento de libertação nacional. O movimento considera-se como um segmento à parte, tanto do movimento de libertação nacional secular quanto dos movimentos islâmicos que defendem princípios diferentes de seus próprios. Para maiores detalhes, ver: "*Hamas: a national liberation movement or a religious movement?*", parte do segundo capítulo da obra de Hroub (2006).

Utilizando sua rede de instituições voltadas a todos os tipos de serviços sociais, o *Hamas* tentou mobilizar a sociedade com vistas a angariar apoio para seus posicionamentos e, conseqüentemente, impedir que a sociedade aceitasse as possibilidades de compromisso com Israel, que vinham sendo levantadas pela OLP, especialmente pelo *Fatah*. Nesse sentido, o *Hamas* tinha uma abordagem diferente da OLP acerca dos objetivos da *Intifada*, rechaçando a ideia pragmático-instrumentalista que as forças nacionalistas tinham sobre a questão palestina²².

Se a rivalidade e a competição entre o *Fatah* e as facções esquerdistas (o que ocorrera nas décadas anteriores) haviam tomado lugar no âmbito da OLP, os islamistas, por outro lado, passaram a desafiar a própria estrutura da OLP, bem como seu caráter representativo como um todo. Em outras palavras, a elite islâmica buscou não apenas minar a hegemonia da elite da OLP na política palestina, mas também conter o poder dessa organização e, com isso, projetar seu controle sobre a sociedade e subordinar as prioridades políticas de acordo com suas próprias premissas. O caráter competitivo do movimento islâmico criou, pois, uma divisão em outro nível do movimento nacionalista palestino, somando-se a uma divisão já existente no mesmo.

A ascensão do *Hamas* representou uma ameaça à hegemonia da OLP e à sua dominação política do cenário palestino²³, muito embora essa ameaça não tenha conseguido minar, na prática, a dominação política da OLP nos territórios ocupados (pelo menos até o ano de 2006). No momento em que a delegação palestina iniciou as conversações de paz com Israel²⁴, este país aplicou uma série de políticas de repressão aos líderes do *Hamas*, incluindo a deportação de inúmeros deles para o Líbano, na tentativa de impor sérios custos aos grupos que se opunham às iniciativas de paz.

Note-se que no primeiro ano da década de noventa, o *Hamas* passara a intensificar suas atividades militares contra alvos israelenses²⁵. Nesse contexto, a OLP e Israel encontraram-se alinhados pelo mesmo interesse: esforços para achar uma solução diplomática para o conflito e combater o mesmo rival – o *Hamas*. Além disso, grande parte da opinião pública palestina começou a mostrar entusiasmo e esperança com as negociações de paz, dando respaldo ao *Fatah* e às delegações palestinas nas mesas de negociação com Israel, apesar dos protestos e apelos do *Hamas* à população contra as negociações.

O início do Processo de Oslo e a adoção da Declaração de Princípios pela OLP conseguiram angariar forte apoio da opinião pública palestina e, por conseguinte, pareceram restabelecer a legitimidade da OLP e do *Fatah* nos territórios ocupados. A constituição da Autoridade Palestina e os prospectos para a constituição de um Estado palestino reduziram significativamente a popularidade do *Hamas* e de sua política de luta armada contra Israel.

²² Durante a *Intifada*, o *Hamas* procurou influenciar os modos e as formas organizacionais da resistência, e impor uma agenda pública independente dos demais grupos participantes da insurreição, a despeito de a liderança da *Intifada* – Liderança Nacional Unida (*UNL - United National Leadership of the Intifada*) – ter tentado impedi-lo e pedido ao movimento que este se mantivesse unido às forças nacionais. Fonte: JAMAL, 2005.

²³ LEGRAIN, 2000.

²⁴ Com vistas a colocar um fim na *Intifada* e a encontrar uma solução para o conflito entre palestinos e Israel, uma série de encontros entre importantes figuras políticas e acadêmicas internacionais e, naturalmente, israelenses e palestinos, deram lugar ao Processo de Oslo, em 1993, que iniciou com a assinatura da Declaração de Princípios por ambas as partes em conflito. Foi neste contexto que a OLP pôde retornar aos territórios palestinos.

²⁵ Em 1992, o *Hamas* estabeleceu o Izz al-Din al-Qassam para operar como batalhões militares contra alvos israelenses (BAUMGARTEN, 2005). Esta organização viria a ser o futuro braço armado oficial do *Hamas*.

No entanto, os constantes insucessos ao longo do Processo de Oslo e a recusa israelense em por um fim na ocupação dos territórios palestinos pareceram mudar novamente a balança de poder entre *Fatah* e *Hamas*.

A eclosão da segunda *Intifada*, em setembro de 2000, como resultado do colapso de Oslo (dentre outros fatores) trouxe novamente uma oportunidade para que o *Hamas* ganhasse terreno na arena política palestina. A fim de ganhar influência nos desdobramentos políticos, a liderança do Hamas passou a provocar Israel e a desafiar o monopólio da Autoridade Palestina sobre os meios de violência. Lembre-se que a Autoridade Palestina era constituída predominantemente por membros do *Fatah*. Nestas circunstâncias, já estavam claros os conflitos de interesses entre o *Fatah* e o *Hamas*, o que naturalmente refletia a grave fragmentação da realidade política palestina, que se consolidaria em 2006 com a eleição do Hamas.

Antes mesmo da morte de Yasser Arafat²⁶, em novembro de 2004, observava-se uma perda crescente de popularidade do *Fatah*. As pesquisas de opinião pública palestinas demonstram que esta era uma forte tendência já no final da década de 90. Vale dizer que isto refletia a insatisfação da população, não somente com os insucessos das negociações de paz, mas também com a deterioração econômica e social das condições de vida nos territórios palestinos e, paralelamente, com as frequentes alegações de corrupção nas instituições da Autoridade Palestina.

A eleição de Mahmoud Abbas para a presidência da Autoridade Palestina, em janeiro de 2005, representou uma mudança no cenário político palestino, especialmente em função de seu caráter moderado, como dito anteriormente, fortemente inclinado à utilização de negociações como estratégia para atingir os objetivos nacionais. Essas mudanças ocorreram após um longo período de violência que teve início com a segunda *Intifada* e pareceram trazer de volta a esperança de que negociações poderiam ser mais eficientes do que a luta armada.

Na sequência dessas mudanças, o *Hamas* e outras facções oposicionistas ao *Fatah* (como o *Islamic Jihad*) comprometeram-se a respeitar um cessar-fogo entre a Autoridade Palestina e Israel, se este país, em retorno, paralisasse suas políticas de violência contra os territórios palestinos²⁷. Nesse momento, Israel não podia mais argumentar que não havia um parceiro para negociar, como havia feito nos anos anteriores à eleição de Abbas. A firme determinação de Abbas em cessar o uso da violência por ambos os lados trouxe expectativas positivas sobre a possibilidade de grandes mudanças no futuro.

Entretanto, somados aos pesados custos impostos por Israel à política palestina durante a *Intifada*, os problemas relacionados à constante competição entre as facções e a incapacidade de se formular uma estratégia comum para lidar com a questão palestina continuaram a gerar dificuldades para os palestinos e acabaram frustrando aquelas expectativas. Cerca de um ano mais tarde, a vitória do *Hamas* nas eleições para o Conselho Legislativo Palestino institucionalizou a cisão entre esta facção (que passou a governar a Faixa de Gaza) e o *Fatah* (que assumiu o

²⁶ Yasser Arafat foi o líder mais importante na história no movimento nacionalista palestino. Arafat representa para a população o maior símbolo da resistência contra Israel e da luta nacional. Arafat foi líder do *Fatah* e da OLP e, até sua morte, em novembro de 2011, ocupou o cargo de presidente da Autoridade Palestina. Para detalhes a respeito de sua trajetória, ver: ABURISH, S. 1998.

²⁷ JAMAL, 2005.

governo da Cisjordânia). Esse novo mapa da política palestina resultou numa grave divisão política, ideológica e territorial que ameaça o projeto para um futuro Estado palestino.

Como resposta às demandas da população palestina, que se sentiu fortemente influenciada pelas revoltas árabes recentes e foi às ruas para manifestar-se contra a cisão entre as duas facções, o *Hamas* e o *Fatah* anunciaram o compromisso de assinar um acordo que daria forma a um governo de transição até que eleições fossem realizadas. No entanto, até o momento esse governo de união não se concretizou. Por um lado, isto ressalta que ainda há obstáculos que impedem as facções de encontrar um denominador comum. Isto significa, ainda, que as facções precisam lidar, de alguma forma, com o descontentamento da população que aguarda por uma solução da disputa.

Estas dinâmicas da política palestina certamente explicam os cálculos que Abbas precisa fazer para tomar as suas decisões. Como dito anteriormente, sua credibilidade e, por extensão, a de seu partido, o *Fatah*, estão fragilizadas pelos resultados negativos de suas estratégias de ação para resolver a questão palestina. Ou seja, à luz da ascensão do *Hamas* e das mudanças na balança de poder doméstica, a manutenção da influência e da legitimidade política do *Fatah* perante a população palestina depende da capacidade dessas autoridades em operar uma mudança rápida e radical.

Ainda que o governo de união com o *Hamas* venha a se concretizar, Abbas precisa pavimentar um caminho que recupere sua legitimidade na cena doméstica, e que garanta a sua sobrevivência e possivelmente chances de vitória numa próxima eleição. Por esse motivo, argumenta-se aqui que essa configuração de forças entre as facções políticas palestinas constitui outra força propulsora, não obstante menos aparente, igualmente importante para essa iniciativa.

II. SETEMBRO E DEPOIS: SOBREVIVÊNCIA OU LIBERDADE POLÍTICA?

A iniciativa que está para ser levada a cabo por Abbas certamente trará implicações não somente para os palestinos, mas também para Israel e para os Estados Unidos. Conquanto seja difícil prever todos os efeitos dessa ação, é importante refletir sobre quais as possíveis vantagens e os riscos potenciais que a iniciativa traria para esses atores.

A OLP conseguiu sua adesão às Nações Unidas em 1974 na condição de entidade observadora, sem poder de voto, nas reuniões ministeriais da Assembleia Geral. Em 1998, a OLP conseguiu melhorar seu status na Assembleia Geral, quando esta permitiu que a organização participasse como observador em suas sessões e trabalhos, e mantivesse missões observadoras permanentes. No momento, a proposta de Abbas consiste em solicitar a adesão plena às Nações Unidas como Estado palestino com direito a voto, o que requer passar pelo Conselho de Segurança. É provável que este caminho seja bloqueado pelo veto dos Estados Unidos, restando a Abbas recorrer à Assembleia Geral, onde seria preciso a obtenção de dois terços dos votos de seus integrantes para o reconhecimento como “Estado observador não membro”.

Esta opção seria novidade, uma vez que, historicamente, o status de “Estado observador não membro” deveria ser conferido apenas aos países que não desejassem ser membros das Nações Unidas ou que por

algum motivo tivessem seu pedido negado. Ademais, não há nenhum privilégio adicional automático, dado que estes privilégios são conferidos pela Assembleia Geral de acordo com cada caso²⁸. No entanto, o voto positivo de grande parte dos Estados membros da Assembleia Geral, endossando o status de “Estado observador não membro”, poderia fortalecer a posição palestina na arena internacional e permitir aos palestinos usar instrumentos que são exclusivos dos Estados.

Deve-se ressaltar que, independentemente dos resultados nas Nações Unidas, os territórios palestinos não se tornarão automaticamente, nem em breve, um verdadeiro Estado. Israel é a única entidade com os atributos de soberania sobre as porções territoriais que envolvem o território da antiga Palestina do mandato britânico - muito embora o seja a expensas do não reconhecimento do direito internacional. O que poderiam os palestinos auferir apesar dessa realidade?

Uma resolução da Assembleia Geral reconhecendo a independência de um estado palestino poderia ser inoperante e ineficaz do ponto de vista de seus resultados sobre a realidade da ocupação israelense. Por outro lado, caso o objetivo seja provocar uma situação política constrangedora para os Estados Unidos, há chances de que essa proposta se prove eficiente. Ao requerer a admissão plena junto ao Conselho de Segurança, o provável veto norte-americano, paralelamente à aprovação da maioria dos demais países (como se espera que aconteça), poderia trazer um custo político considerável para a imagem norte-americana entre os países árabes.

No entanto, ainda que os Estados Unidos tenham que arcar com este custo, pode-se pensar que esta situação não garanta nenhuma barganha real para os palestinos. Por mais pesados que sejam estes custos, eles não levarão os Estados Unidos a pressionarem Israel para que uma mudança radical ocorra. Nunca o fizeram e é muito pouco provável que o façam agora (lembre-se dos fortes estrangimentos domésticos norte-americanos, anteriormente mencionados). O que este novo ativismo político já tem trazido é a recuperação parcial da legitimidade de Abbas e, talvez, de seu partido no cenário doméstico. Mas se esta tendência será mantida, só se saberá no momento posterior à ação palestina.

Outro ponto que deve ser mencionado é a busca palestina por influência na União Europeia, que parece ter emergido como um parceiro mais apropriado na procura palestina por suporte. Pode ser, e já há indicações nesse sentido, que em troca de apoio nas Nações Unidas a União Europeia peça que Abbas retorne às negociações. Para a União Europeia, há uma série de desafios que podem influenciar o curso das ações: manter a unidade entre os seus membros; evitar um conflito com os Estados Unidos; garantir resultados aos palestinos que não sejam prejudiciais a Israel e que acabem provocando a retaliação deste país²⁹.

Naturalmente, do ponto de vista norte-americano e israelense, a iniciativa de Abbas tem sido classificada como unilateral. Ambos os países consideram que a única maneira aceitável e legítima para se resolver o conflito e instituir um estado palestino são as negociações. Os Estados Unidos afirmam que tal estratégia não traria nenhum benefício para os palestinos, ao contrário, exacerbaria as tensões com Israel, criando novos empecilhos às negociações. Note-se, porém, que ambos os países se esquecem do fato de que o Estado de Israel não foi criado por meio

²⁸ **Curb your Enthusiasm: Israel and Palestine after the UN.** Middle East Report – 12 September 2011 – International Crisis Group.

²⁹ **Curb your Enthusiasm: Israel and Palestine after the UN.** Middle East Report – 12 September 2011 – International Crisis Group.

de negociações com os palestinos.

Nessa acepção, tanto Israel quanto os Estado Unidos vêm, há meses, tentando dissuadir Abbas e as autoridades palestinas de seguir adiante com esta estratégia. Diversas autoridades israelenses vêm verbalizando ameaças e executando retaliações em função da iniciativa palestina. De acordo com recente declaração do ministro das Finanças de Israel, Yuval Steinitz – membro do partido de Netanyahu, o *Likud*, “*this Palestinian initiative represents a more serious threat than that posed by Hamas*”³⁰. O próprio ministro das Finanças anunciou, há pouco tempo, o corte do pagamento à Autoridade Palestina dos valores referentes à arrecadação de impostos e tributos coletados por Israel³¹.

Em outra ocasião, o ministro da Infraestrutura, Uzi Landau – membro do partido ultranacionalista *Yisrael Beiteinu* - declarou que “*in this case, it is clear that our agreements with the Palestinians would be null and void. (...) We should then impose our sovereignty on territories over which there is consensus – that is, in the Jordan Valley and the major settlement blocs, and even more*”³². Estas declarações fazem parte das ameaças, verbalizadas por membros da direita israelense, de que Israel anexaria terras palestinas como resposta à proposta palestina às Nações Unidas.

Com relação à opinião pública palestina, verifica-se uma divisão. Parte da população acredita que a admissão do *Estado da Palestina* nas Nações Unidas é um passo importante para acabar com a ocupação israelense e atingir independência. Proponentes da iniciativa argumentam que tal reconhecimento daria mais voz aos palestinos no cenário internacional. Abbas defende que o reconhecimento do Estado da Palestina pelas fronteiras de 1967 traria a ideia de “um Estado sob ocupação” e que isto seria uma prerrogativa importante para ir às Nações Unidas requerer os seus direitos.

Outros acreditam que um Estado ofereceria proteção legal aos palestinos contra os atos de violência de Israel: “*if a Palestinian state were to gain UN recognition, the Israelis would then be in daily violation of the rights of a fellow member state and diplomatic and legal consequences could follow, all of which would be painful for Israel*”³³. Porém, como Mehdi Hasan recorda, as prerrogativas de Estado da Síria e do Líbano não impediram Israel de invadi-los e tampouco geraram qualquer reação da Assembleia Geral para apoiar esses países³⁴.

Outra parcela da população palestina, incluindo os refugiados em diferentes países, passou a questionar as implicações que um provável reconhecimento de tal proposta acarretaria no direito de retorno dos refugiados, alegando tratar-se de uma iniciativa míope e uma ameaça para os palestinos da diáspora. Esse debate tem sido travado particularmente sob o ponto de vista das implicações legais que tal reconhecimento acarretaria para os palestinos se a OLP for substituída e perder seu *status* atual nas Nações Unidas. De acordo com críticos, o simples fato de a OLP ser substituída remove suas reivindicações de ser o único representante legítimo do povo palestino³⁵. A OLP se transformaria em um órgão subsidiário do Estado, sem capacidades representativas reconhecidas internacionalmente.

³⁰ Haaretz, Setembro de 2011.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

³³ Nabil Shaath, The Guardian, 1° de Setembro de 2011.

³⁴ Mehdi Hasan, The Guardian, 1° de Setembro de 2011

³⁵ Abdel Razzaq Takriti, ativista e historiador político na Universidade de Oxford.

Essa discussão acentuou-se após análises feitas por Guy Goodwin-Gill, uma das autoridades internacionais importantes na área do direito internacional de refugiados³⁶. Seu artigo aborda as questões dos direitos dos palestinos, sobre sua representação e sobre o direito de retorno dos refugiados. O autor afirma que todos esses direitos podem sofrer sérias implicações dependendo do resultado desta ação. Segundo Goodwin-Gill, uma alteração da representação da OLP por um *Estado da Palestina* na ONU privaria os palestinos da diáspora de sua representação e os refugiados perderiam o direito de retorno. Nesse sentido, críticos da iniciativa ressaltaram a necessidade de se obter uma garantia pública das autoridades palestinas sobre a preservação da OLP na ONU e, por extensão, da proteção dos direitos palestinos.

Em oposição a estas críticas, Francis Boyle e John Quigley, por exemplo, argumentam que estas opiniões baseiam-se em suposições errôneas uma vez que não haverá nada que impeça legalmente que qualquer palestino, em qualquer parte do mundo, tenha o direito de tornar-se cidadão do Estado palestino. Boyle afirma que o Comitê Executivo da OLP, em sua capacidade de governo provisório, continuará representando os interesses de todos os palestinos dos territórios e da diáspora³⁷. Quigley defende que, enquanto Estado, palestinos estarão interagindo com outros Estados e isso lhes dará uma posição mais forte. Ademais, os palestinos poderão perseguir resoluções na esfera diplomática na condição de Estado, podendo, inclusive, tentar processar autoridades israelenses por crimes de guerra³⁸.

No entanto, há que se levar em conta o fato de que, embora o direito seja um instrumento importante, ele não está imune ao poder e à política internacional, que beneficiam circunstâncias políticas particulares. Ademais, a questão palestina vai bem além. Uma das questões centrais que não sofrerá alteração, independentemente dos resultados auferidos com a proposta de Abbas, é a ocupação israelense.

Conquanto a opinião pública palestina encontre-se dividida com relação à estratégia de Abbas, e de certa forma cética com os resultados, ao mesmo tempo, ela mostra-se contrária à ideia de abandonar a iniciativa. Parece que a falta de alternativas viáveis e a vontade de enfrentar Estados Unidos e Israel nesse momento sustentam esse apoio popular, ainda que com grande sentimento de insegurança e incertezas.

Destarte, uma hipotética renúncia de Abbas em levar a cabo esta proposta traria custos políticos muito altos, abalando ainda mais a sua legitimidade, a da Autoridade Palestina e, muito provavelmente a do *Fatah*, perante a população palestina. Um descrédito dessa natureza poderia desencadear inquietação e violência. Pode-se pensar, inclusive, em um colapso da Autoridade Palestina, que já se encontra materialmente e politicamente debilitada.

É impossível prever o rumo que a atual crise irá tomar num futuro próximo ou mais distante. A única certeza que se tem é de que o paradigma das negociações de paz, que iniciaram no princípio da década de 90, es-

³⁶ Guy Goodwin-Gill é professor de Direito Internacional Público da Universidade de Oxford. Em agosto de 2011, o autor divulgou um esboço do que seriam suas opiniões acerca da proposta de Abbas. Mais tarde, suas análises foram lançadas no artigo: **Palestine, UN Membership, and the Challenges of Representation**. All Souls College, Oxford, 4 September 2011.

³⁷ Francis Boyle é um dos conselheiros da OLP e professor de direito internacional na Universidade de Illinois. Maan News Agency, 08 de Setembro de 2011:

<http://www.maanneews.net/eng>

³⁸ John Quigley é autor e professor de Direito Internacional e Comparado da Escola de Direito da Universidade de Ohio.

tá falido e que os discursos políticos travados até então falharam em criar condições reais para um compromisso calcado no reconhecimento dos direitos palestinos. A insistência de Washington no fracassado *status quo* tem se provado dispendiosa para os palestinos e, em contrapartida, benéfica para Israel.

Somente o reconhecimento dos direitos palestinos poderia gerar um paradigma de negociações distinto do anterior e, portanto, com possibilidades renovadas de se estabelecer relações mais equilibradas entre as partes que negociam. O fato é que ainda há muito mais questões do que propriamente respostas sobre como se chegar a um paradigma dessa natureza. A proposta de Abbas parece não trazer nenhuma certeza sobre sua eficiência nesse caminho.

A votação na ONU traz, portanto, um novo elemento na estratégia dos Estados Unidos para o Oriente Médio e no seu papel como mediador do conflito entre palestinos e israelenses.

Caso vete o pedido de reconhecimento no Conselho de Segurança, como provavelmente o fará, os Estados Unidos assumirão uma postura contrária à maioria da comunidade internacional. À exceção de Israel e alguns poucos países, a maioria da comunidade internacional tem dado indícios de apoio ao reconhecimento. Essa afirmativa também se aplica a vários países europeus e árabes.

O veto afetaria, particularmente, a imagem dos Estados Unidos no mundo árabe. Preocupadas com as agitações políticas que marcaram (e ainda marcam) a região neste ano, lideranças árabes também seriam obrigadas a escolher entre alinhar-se com os Estados Unidos, arriscando disparar revoltas domésticas, ou apoiar a demanda palestina, sacrificando as relações com o aliado.

Como dito anteriormente, na hipótese remota de apoiar o reconhecimento do Estado palestino, os Estados Unidos se indisporiam com Israel, tradicional aliado na região. Diante da influência deste último sobre a política doméstica dos Estados Unidos - exercida principalmente pela ação de grupos de interesses judeus junto aos congressistas, à grande mídia e à opinião pública - o presidente Obama colocaria em risco a sua própria reeleição em 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABURISH, Said K. **Arafat: from defender to dictator**. Bloomsbury Publishing, New York, 1998.

BAUMGARTEN, Helga. The Three Faces/Phases of Palestinian Nationalism, 1948-2005. **Journal of Palestine Studies**, vol. 34, n. 4, Summer 2005.

Curb your Enthusiasm: Israel and Palestine after the UN. Middle East Report – 12 September 2011 – International Crisis Group.

FARSAKH, Leila. The Economic of Israeli Occupation: What is Colonial about it? **Working Paper Series**. University of Massachusetts, Boston. February, 2006.

FELDMAN, Shai; SHIKAKI, Khalil. The Obama Presidency and the Palestinian-Israeli Conflict. Strategic Analysis - **Palestinian Center for Policy and Survey Research**. November, 2009.

GIACAMAN, G. and LONNING, D. J. (eds). **After Oslo: new realities, old problems**. Pluto Press, London/Chicago, 1998;

GOODWIN-GILL, Guy. **Palestine, UN Membership, and the Challenges of Representation**. All Souls College, Oxford, 4 September 2011.

GORDON, Neve. **Israel's Occupation**. University of California Press, Los Angeles, Berkeley and London, 2008;

HALPER, Jeff. **Obstacle to Peace: A Reframing of the Palestinian-Israeli Conflict**. Palestine Mapping Center, 3rd edition, 2005.

HROUB, Khaled. **Hamas: a beginner's guide**. Pluto Press, London. 2006

JAMAL, Amal. **The Palestinian National Movement: Politics of Contention, 1967-2005**. Indiana University Press, Bloomington, 2005.

KATHLEEN and CHRISTISON, Bill. **Palestine in Pieces: graphic perspectives on the Israeli occupation**. Pluto Press, New York, 2009;

KHAN, M. H.; GIACAMAN, G.; AMUNDSEN, I. (eds). **State formation in Palestine: viability and governance during a social transformation**. Routledge, New York, 2004.

LEGRAIN, Jean-François. The Islamic Movement and the Intifada. In: NASSAR, Jamal R.; HEACOCK, Roger (eds.). **Intifada: Palestine at the Crossroads**. Praeger: New York. 1990.

Maan News: <http://www.maannews.net/eng>

Ministério das Relações Exteriores de Israel: <http://www.mfa.gov.il>

The New York Times: <http://www.nytimes.com>

PASSIA – *Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs*: <http://www.passia.org>



ROY, Sara. **Failing Peace: Gaza and the Palestinian-Israeli Conflict**. Pluto Press, London, 2006;

TAMARI, Salim. The Palestinian Movement in Transition: Historical Reversals and the Uprising. **Journal of Palestine Studies**, Vol. 20, No. 2, Winter, 1991. pp. 57-70.

The Guardian. <http://www.guardian.co.uk/>



OBSERVATÓRIO POLÍTICO
DOS ESTADOS UNIDOS



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES